



Célio Azevedo

Ministros debatem no Senado plano para a Amazônia

A Subcomissão Permanente da Amazônia espera reunir hoje dois ministros para discutir o Programa de Desenvolvimento Sustentável para a região: Marina Silva, do Meio Ambiente, e Ciro Gomes, da Integração Nacional.

Página 3

Forças Armadas podem participar do combate ao crime organizado

Projeto que regulamenta a cooperação das Forças Armadas na repressão ao crime organizado deve ser examinado pelo Senado logo após a votação de duas medidas provisórias, prevista para hoje. Trami-

tando em regime de urgência, a proposta atribui às Forças Armadas, quando necessária, a coordenação operacional das ações de combate ao tráfico de entorpecentes e de armas por mar, terra ou ar.

Página 3

Mercadante: viagem à China é estratégica

A viagem do presidente Lula à China foi definida ontem pelo líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante, como a missão diplomática e comercial mais importante da atual administração. Mercadante previu que a China se tornará, já neste ano, o principal investidor externo no Brasil, superando os Estados Unidos.



Rosevelt Pinheiro

PREVISÃO Mercadante acredita no aumento dos investimentos chineses no Brasil

Página 4

Dívidas asfixiam estados, advertem Simon e Suassuna

Somente o estado de São Paulo deve hoje cerca de R\$ 136 bilhões – equivalentes à dívida do estado norte-americano da Califórnia. A advertência foi feita ontem em Plenário pelo senador Ney Suassuna, que sugere esforço em busca de uma solução negociada para a crescente crise de

endividamento de estados e municípios. Também preocupado com o problema, o senador Pedro Simon faz um apelo ao governo federal no sentido de que aceite renegociar, urgentemente, essas dívidas. Simon teme a asfixia dos estados em sua capacidade de investimento.

Página 7

Parceria deve viabilizar Norte-Sul, afirma Lobão

Página 5



Rosevelt Pinheiro

PREOCUPAÇÃO Suassuna aponta os juros e o câmbio como os vilões do endividamento dos estados. Simon teme a ruptura do "tecido social"



Célio Azevedo

Alvaro cobra intervenção federal no Paraná

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) advertiu da tribuna que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pode sofrer processo de

impeachment do Congresso, caso não cumpra decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de intervir no estado do Paraná. A decisão da

Justiça foi tomada porque o governo paranaense não executa reintegração de posse da fazenda Corumbataí aos seus donos. A propriedade está ocupada por sem-terra.

– O advogado dos proprietários ameaça pedir a destituição do presidente Lula se não houver a reintegração de posse e o presidente não decretar intervenção no Paraná. Nesse caso, o presidente estará cometendo crime de responsabilidade – afirmou.

Antes de pedir a responsabilização do presidente da República, continuou o senador, o advogado enviou carta ao governador Roberto Requião (PMDB). “O advogado diz que o governador desafia o Palácio do Planalto.”

Para Alvaro Dias, o meio rural encontra-se “em polvorosa” com os constantes descumprimentos de mandados judiciais de reintegração de posse de terras ocupadas. Em aparte, Ramez Tebet (PMDB-MS) reforçou a preocupação de que a lei que trata da reintegração de posse pode virar “letra morta”.

Roosevelt Pinheiro



Lula deve cumprir determinação do STJ, diz Alvaro Dias

Agenda

Plenário analisa pagamento de indenizações

Na sessão de hoje, às 14h30, deve ser votada medida provisória (MP 176/04) que autoriza pagamento de indenização às famílias de pessoas assassinadas em manifestações contra a ditadura militar ou que morreram em decorrência de ferimentos adquiridos durante prisões políticas no período. Às 19h, os parlamentares analisam vetos presidenciais em sessão conjunta do Congresso Nacional.



Sarney recebe ministro dos Transportes

O presidente do Senado, José Sarney, recebe hoje, às 10h30, o ministro dos Transportes, Alfredo Pereira Nascimento. Às 11h, Sarney concede audiência ao presidente do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, José Paulo Cavalcanti, e, a partir das 15h30, preside a ordem do dia do Plenário.

Subcomissão da Amazônia ouve Marina Silva e Ciro Gomes



Os ministros da Integração Nacional, Ciro Gomes, e do Meio Ambiente, Marina Silva, participam hoje de audiência pública na Subcomissão da Amazônia, às 10h. Eles falam sobre o Programa de Desenvolvimento Sustentável para a Amazônia (PAS), o avanço das taxas de desmatamento na região e a notícia da extinção da Secretaria de Coordenação da Amazônia, do Ministério do Meio Ambiente.

CAE examina indicação para o Cade e pedido de empréstimo

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisa hoje, às 10h, a indicação de Luís Fernando Rigato Vasconcellos ao cargo de conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). O colegiado examina ainda mensagem autorizando

o governo do Ceará a obter empréstimo de até US\$ 100 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para financiar parte do Programa de Infra-Estrutura Básica e Saneamento do Estado do Ceará (Sanear II).

Projeto sobre rodovias na pauta da CI

Hoje, às 11h, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) vota a recondução de Newton Reis Monteiro ao cargo de diretor da Agência Nacional do Petróleo (ANP). Também será examinado projeto (PLC 21/04) que inclui na relação descritiva do Sistema Rodoviário Nacional a interligação das rodovias BR-405 e BR-116, entre Paraíba e Ceará.



Reunião da CPI do Banestado

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banestado realiza hoje, a partir de 11h, reunião em que serão votados requerimentos apresentados pelos parlamentares solicitando audiências públicas. A CPI, presidida por Antero Paes de Barros (PSDB-MT), investiga o envio ilegal de dólares ao exterior.

Orçamento vota avisos

Requerimentos e avisos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre auditorias realizadas em órgãos públicos serão apreciados hoje, às 14h30, pela Comissão Mista de Orçamento. No mesmo horário, a Comissão de Educação realiza reunião para votar projetos autorizando a exploração de serviços de radiodifusão.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

João Ribeiro pede recursos para entidades do Tocantins

O senador João Ribeiro (PFL-TO) pediu às autoridades que apoiem com mais vigor o trabalho realizado pelo Lar Fabiano de Cristo e pela Casa de Eurípedes, que desenvolvem em parceria “exemplar assistência” a 200 famílias carentes do município de Colinas (TO).

– É importante ressaltar que o atendimento prestado pelas instituições beneficia diretamente 1.252 pessoas mensalmente – afirmou o senador.

A ação das duas entidades, que buscam atuar onde as instituições públicas não conseguem chegar, conforme explica João Ribeiro, oferece formação educacional complementar a 270 crianças e adolescentes por meio do projeto Artes do Céu.



João Ribeiro ressalta trabalho das instituições

Valadares apóia greve dos professores de Sergipe

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) defendeu ontem os professores de Sergipe, em greve há mais de 14 dias. O parlamentar observou que as reivindicações dos grevistas são justas e lamentou que em seu estado um professor chegue a ganhar R\$ 197 de piso salarial. Ele também observou que as condições de trabalho são muito ruins: há escolas sem água potável e com o mato dominando o terreno.

Antonio Carlos Valadares recordou que no período em que foi governador, no final dos anos de 1980, negociou com os professores o fim de uma greve, por meio da concessão de gratificação adicional de 20% e da exigência de reposição das aulas.



Para Valadares, reivindicações são justas

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Brasileiro no exterior deverá ter participação política ampliada

Os brasileiros que residem no exterior poderão votar também nas eleições para governador, vice-governador e senador. Projeto com este objetivo, de autoria da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), será analisado na quinta-feira em reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Atualmente, os brasileiros que vivem fora do país podem votar apenas para presidente e vice-presidente da República. A senadora apresentou a proposta (PLS 389/03) com o objetivo de ampliar a participação política dos que, mesmo no exterior, mantêm ligações familiares e afetivas com os seus estados de origem. O projeto tem parecer favorável do relator, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG). A CRE deve examinar ainda o ofício enviado pelo Ministério da Defesa informando que, diante do agravamento da crise no Haiti, determinou o envio àquele país de avião da Força Aérea Brasileira e de destacamento de fuzileiros navais. As medidas tiveram por objetivos a retirada de cidadãos brasileiros e a segurança das instalações diplomáticas do Brasil em Porto Príncipe. Também será analisado o requerimento para que a CRE manifeste ao governo de Cuba e ao Ministério das Relações Exteriores a apreensão do Senado diante da prisão do cidadão brasileiro Paulo Henrique Seleme Hilel, desde 11 de janeiro de 2003, e da negativa do governo cubano de prestar informações à família dele.

A comissão examinará ainda três mensagens de indicações de embaixadores. A primeira propõe o nome do ministro Oto Agripino Maia para o cargo de embaixador junto à Suécia. A segunda submete a indicação da ministra Vera Lúcia Barrouin Crivano Machado, atual embaixadora junto à Santa Sé, para exercer cumulativamente o cargo junto à Soberana Ordem Militar de Malta. A terceira aponta o ministro Hildebrando Nascimento Valladares para o cargo de embaixador junto à Romênia.

Marina e Ciro debatem hoje com senadores plano para a Amazônia

Subcomissão quer ouvir ministros sobre o Programa de Desenvolvimento Sustentável

Os ministros do Meio Ambiente, Marina Silva, e da Integração Nacional, Ciro Gomes, devem participar hoje, a partir das 10h, de audiência pública da Subcomissão Permanente da Amazônia, sobre o Programa de Desenvolvimento Sustentável para a região. Eles es-

tarão acompanhados do presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Marcus Barros.

A presença dos dois ministros e do presidente do Ibama na subcomissão, que é ligada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), atende a requerimentos apresentados pelos senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Sibá Machado (PT-AC). Também deverão ser abordados durante a audiência temas como os altos índices de

desmatamento da região amazônica e as notícias sobre a extinção da Secretaria de Coordenação da Amazônia, do Ministério do Meio Ambiente.

Na justificativa de seu requerimento, Arthur Virgílio citou a reportagem "Corte na selva", publicada em 10 de abril pela revista *Veja*, segundo a qual seria extinta a Coordenação da Amazônia. Ele mencionou ainda matéria do jornal *O Globo*, em abril, segundo a qual a região já teria perdido 16% de suas florestas e o desmatamento entre agosto de 2002

e agosto de 2003 teria alcançado 23.750 quilômetros quadrados.

- Ao mesmo tempo em que se divulga a segunda maior taxa de desmatamento registrada da floresta amazônica, é noticiado que o Ministério do Meio Ambiente irá extinguir a Secretaria de Coordenação da Amazônia. Portanto, o objetivo do requerimento é o de oferecer uma oportunidade à ministra do Meio Ambiente para prestar os devidos esclarecimentos sobre o assunto - afirma Arthur Virgílio no requerimento.

Forças Armadas poderão combater crime organizado

O Senado poderá votar hoje, na sessão plenária deliberativa que começa às 14h30, projeto que formaliza a possibilidade de a Marinha, o Exército e a Aeronáutica cooperarem na repressão ao crime organizado ou exercerem a coordenação operacional das ações de combate ao tráfico de entorpecentes e de armas por mar, terra ou ar, quando for conveniente ou necessário.

De autoria do senador César Borges (PFL-BA), o projeto (PLS 221/03, complementar) será examinado pelo Plenário se forem votados, antes, medida provisória (MP) que amplia a reparação a família de mortos no regime militar e projeto de lei de conversão que trata do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante e do Fundo de Marinha Mercante. Essas duas proposições estão sobrestando a pauta.

O projeto que estabelece novas atribuições subsidiárias das Forças Armadas está tramitan-



SEGURANÇA Plenário examina em regime de urgência projeto sobre atribuição das Forças Armadas

do em regime de urgência. Por esse motivo, os pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional serão lidos em Plenário.

A medida provisória que abre a pauta (MP 176/04) altera lei de 1995 que concedeu direitos aos familiares de pessoas desaparecidas ou mortas em dependências policiais ou assemelhadas por motivação polí-

tica para incluir pessoas assassinadas em passeatas e manifestações de rua ou que cometeram suicídio fora das dependências policiais após período de prisão e maus-tratos, além das que morreram em decorrência dos ferimentos sofridos durante a prisão.

A outra matéria que está obstruindo a pauta, o projeto de lei de conversão (PLV) 34/04, é decorrente da Medida Provisória 177/04, que estabelece pro-

cedimentos para o recolhimento eletrônico do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante e modifica percentuais de sua destinação. O adicional destina-se a estimular o desenvolvimento da marinha mercante e da indústria de construção e reparação naval.

Ainda hoje, às 19h, haverá sessão conjunta do Congresso Nacional para a análise de vetos presidenciais.

CCJ examina indicação de ministro do Supremo

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve votar amanhã a indicação do advogado Eros Roberto Grau para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Ele foi indicado para ocupar a vaga de Maurício Corrêa, ex-presidente daquela Corte que deixou o serviço público este mês em razão da aposentadoria compulsória.

Também consta da pauta da CCJ projeto de Paulo Paim (PT-RS) instituindo o Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência (PLS 429/03). O senador fez apelo aos integrantes da comissão para não obstruírem a

votação da proposta, que já tem relatório favorável de Marcelo Crivella (PL-RJ) e necessita de exame posterior das Comissões de Educação (CE) e Assuntos Sociais (CAS).

Poderá ser votado também, em caráter terminativo, projeto de Antero Paes de Barros (PSDB-MT) que visa anistiar ex-servidores da Interbrás, empresa do grupo Petrobras extinta em 1990 em decorrência da reforma administrativa do governo Fernando Collor. A proposta altera a Lei 8.870/94.

Ainda na pauta da comissão dois projetos que alteram o Código do

Consumidor (Lei 8.078/90). A proposta de Rodolpho Tourinho (PFL-BA) trata da fixação do prazo para entrega de produtos e serviços e estabelece multa de 2% sobre o valor contratado se o fornecedor não fizer a entrega na data acertada (PLS 271/03). Já o projeto de Valmir Amaral (PMDB-DF) tipifica como crime a manutenção de informações negativas sobre o consumidor em cadastros de inadimplência, por período superior a cinco anos (PLS 306/03).

Se a pauta do Plenário estiver liberada, a CCJ pode examinar projeto (PLS 294/03) de Paulo Octávio



SABATINA Eros Grau, indicado para a vaga de Maurício Corrêa, será ouvido pela CCJ

(PFL-DF) que permite a venda direta, a ocupantes de boa-fé, de lotes para construção de moradias.



Roosevelt Pinheiro

Viagem de Lula à China é estratégica, diz Mercadante

■ Para senador, chineses devem tornar-se ainda este ano os principais investidores externos no Brasil

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), afirmou que a viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à China é estratégica para o desenvolvimento do Brasil, pois cria novas condições para continuar o aumento do comércio entre os dois países, além de possibilitar investimentos chineses em território brasileiro.

Para Mercadante, a viagem consolida o que chamou de "eixo Sul-Sul", envolvendo Brasil, África do Sul, Índia, China e Rússia. Ele lembrou que as cinco nações atuaram juntas no Grupo dos 20, durante a reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Cancún, no México, no ano passado.

– Essa é a missão diplomática e comercial mais importante deste governo. A China não pretende continuar usando



Roosevelt Pinheiro

EXPECTATIVA Mercadante afirma que comércio entre os dois países deve chegar a US\$ 10 bilhões

seus saldos comerciais quase só em títulos do Tesouro norte-americano – frisou. Mercadante salientou que a China deve se tornar já neste ano o principal investidor externo no Brasil, superando até mesmo os norte-americanos.

A viagem acontece 30 anos depois do reatamento de relações entre as duas nações e ocorre ao final de quase 20 anos de elevado crescimento econômico chinês, destacou Mercadante. Os chineses já conseguem exportar US\$ 326 bilhões – quatro vezes mais que o Brasil, produzem 220 milhões de toneladas de aço por ano e consomem 25% de todo o cimento

que o mundo produz, acrescentou.

– A aproximação do Brasil com a China foi motivo de editorial do jornal inglês *Financial Times*, que cobrou dos Estados Unidos mais atenção para a América Latina, especialmente

para o Brasil. Disse que a China está ocupando espaços que seriam dos americanos e até europeus – informou Aloizio Mercadante.

O líder governista ressaltou que a viagem de Lula já rendeu a assinatura de 14 convênios entre governos e empresas, como, por exemplo, uma associação com a Embraer, investimentos no Porto de Itaqui (MA) e maior cooperação científica e tecnológica. Brasileiros e chineses já mantêm acordos tecnológicos, inclusive para o lançamento de um satélite brasileiro. O comércio entre os dois países pode chegar neste ano a US\$ 10 bilhões.



Célio Azevedo

AVANÇO Jucá observa que o Proálcool proporcionou ao país um grande salto tecnológico

Jucá aponta oportunidades para o álcool combustível

Ao elogiar o seminário "Os Desafios do Álcool Combustível", promovido pelo jornal *Valor Econômico*, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) afirmou que "mais uma vez se abre para o Brasil uma enorme oportunidade para se firmar como país dominante e referência mundial na produção e controle dos chamados combustíveis renováveis, notadamente o álcool derivado da cana-de-açúcar". O parlamentar lembrou a criação, em 1973, do Proálcool, que, segundo ele, foi o mais notável programa de substituição do combustível fóssil por uma fonte alternativa de energia.

O representante de Roraima observou que o Proálcool proporcionou ao Brasil grande salto tecnológico, com a produção em série dos motores automotivos movidos a álcool combustível. No entanto, com a falta do produto nas bombas, em 1989, o programa enfrentou sua primeira crise, perdendo credibilidade, ressaltou. Para Jucá, os dois responsáveis foram: o governo, "que não demonstrou grande interesse em manter a viabilidade da iniciativa", e os empresários, "que não estavam devidamente preparados para lidar com as constantes turbulências que ocorrem inesperadamente no mercado internacional".

Jucá disse que, apesar dos altos e baixos desses 30 anos de Proálcool, o Brasil domina completamente a tecnologia e é o país mais avançado do mundo na utilização do álcool como combustível alternativo, limpo e de boa qualidade.

Jucá também destacou o "excelente" desempenho do setor agropecuário, responsável por mais de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) do país.

Ramez Tebet cobra execução do Projeto Pantanal

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) lamentou que o Projeto Pantanal, iniciativa pela qual lutou por quase uma década, até hoje não tenha sido executado, por resistência do governo federal. Ele afirmou que as populações de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul esperam que esse projeto "não vá para a poeira dos arquivos ministeriais" e que o dinheiro seja liberado.

– É preciso agir em defesa de um ecossistema da importância do Pantanal. Tomara que o Ministério do Meio Ambiente, que ouvi dizer que está emperrando tudo, consiga convencer o Ministério do Planejamento a soltar o dinheiro, para que o projeto seja implementado.

Segundo Tebet, com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o projeto objetiva melhorar a qualidade de vida da população de 26 municípios da bacia do Alto Paraguai. Ele explicou que os recursos estão contratados e à disposição do governo brasileiro, que só liberou US\$ 2 milhões – US\$ 1 milhão para pagamento de funcionários e US\$ 1 milhão para manter a estrutura do projeto.

– Eu pergunto: como é que se contrata com o BID a cifra de US\$ 82 milhões e se arquiva o projeto? Nenhuma obra foi realizada, e o que é que se alega? Que o governo brasileiro não tem dinheiro para dar a contrapartida.

Tebet disse que a iniciativa visa melhorar o sistema de abastecimento de água daqueles municípios, implantar esgotamento sanitário, desenvolver o ecoturismo e instituir um plano piloto de coleta de lixo, para viabilização de projetos econômicos.

Ideli destaca investimentos de R\$ 4,2 bilhões em infra-estrutura

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), chamou ontem a atenção para os investimentos anunciados na semana passada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. São R\$ 2,1 bilhões destinados ao saneamento básico e outros R\$ 2,1 bilhões para a reconstrução de rodovias.

Liberados por intermédio do Ministério das Cidades, os recursos para saneamento serão utilizados em financiamento de obras em 15 estados e no Distrito Federal, na modalidade de empréstimos a prefeituras, governos e companhias públicas. O objetivo é a implantação e ampliação de sistemas de água, esgotamento sanitário, lixo e drenagem, beneficiando 1,8 milhão de famílias e gerando cerca de 500 mil postos de trabalho. Até o fim do mês, o ministério selecionará uma segunda lista de municípios, aos quais serão repassados mais R\$ 800 milhões. E, em parceria com os Ministérios da

Saúde, do Meio Ambiente e da Integração Nacional, estão sendo programados investimentos de R\$ 1,6 bilhão, elevando a R\$ 4,5 bilhões o total investido em 15 meses de governo.

No caso das rodovias, a expectativa é a criação de 250 mil empregos, segundo Ideli. Ela observou que será o primeiro programa amplo de recuperação de estradas desde o governo Sarney (1985-1989). Serão realizadas obras em 15 estados e no Distrito Federal. A líder esclareceu que, sem a liberação de outros R\$ 700 milhões para a quitação parcial de restos a pagar, as empreiteiras não realizariam novas obras.

– Precisamos resolver os gargalos de investimento para que não tenhamos apenas uma bolha de crescimento econômico – disse a parlamentar, frisando que o presidente Lula está se esforçando nesse sentido, apesar dos poucos recursos disponíveis.



Roosevelt Pinheiro

EMPREGOS Ideli ressalta que investimentos federais criam 750 mil postos de trabalho

A propósito da escassez de verbas, a senadora mencionou os resultados da viagem do presidente à China, especialmente as perspectivas de investimentos daquele país em portos e ferrovias brasileiras. De acordo com Ideli, essa é uma das mais importantes visitas de um presidente brasileiro a outro país e a que contou com a maior comitiva de empresários.

CAE analisa empréstimo para obras de infra-estrutura

A pauta da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), hoje, inclui 12 itens, dois deles referentes a empréstimos externos para obras de infra-estrutura. O de maior valor, num total de até US\$ 100 milhões, destina-se ao financiamento parcial, com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do Programa de Infra-Estrutura Básica e Saneamento do Estado do Ceará (Sanear II). O governador cearense Lúcio Alcântara (PSDB) poderá participar da reunião para prestar esclarecimentos sobre a operação que tem parecer favorável do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG). Ela deverá ser contratada pela Companhia de Águas e Esgoto do Ceará (Cagece) com garantia da União e do governo estadual.

O outro empréstimo, no valor de US\$ 22,4 milhões, do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), destina-se ao programa de infra-estrutura básica e de serviços urbanos desenvolvido pela prefeitura de Florianópolis (SC). A prefeita Ângela Amin (PP) já confirmou sua presença na reunião, para prestar esclarecimentos sobre a operação de crédito.

Parceria

A CAE poderá ainda discutir o projeto de lei da Câmara (PLC 10/04) que institui as normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada, cujo pedido de vista coletiva foi concedido na reunião passada. Também está prevista a votação em caráter terminativo dos projetos de lei do Senado (PLS 361/03 e 46/03) do senador Jefferson Péres (PDT-AM) e do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) que atualizam os valores e a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF).

A CAE irá sabatar, hoje, o secretário-adjunto da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Luis Fernando Rigato Vasconcellos, indicado para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) por um período de dois anos.

Em seu parecer, a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) afirma que a aprovação do indicado para conselheiro do Cade irá fortalecer a autarquia.

Parceria público-privada pode garantir a retomada da Norte-Sul, afirma Lobão

■ Para senador, é com a distribuição do desenvolvimento que governo vai conseguir criar empregos

A solução para a retomada da Ferrovia Norte-Sul talvez esteja no programa de parceria público-privada (PPP), afirmou em discurso no Plenário o senador Edison Lobão (PFL-MA). Ele disse que é com a distribuição do desenvolvimento que o Brasil vai conseguir criar empregos.

A ferrovia, cujas obras foram iniciadas há 16 anos, percorre atualmente 215 quilômetros no estado do Maranhão, informou. Saindo do terminal multimodal de Porto Franco, leva até o Porto de Itaqui a produção agrícola do Tocantins e do Maranhão, e de parte da Bahia e do Piauí.

– Não se precisa enfatizar novamente a excepcional importância da Ferrovia Norte-Sul para o país, como poderoso instrumento para o desenvolvimento de um imenso espaço territorial brasileiro. O inadmissível seria manter a irresponsabilidade de se deixar paralisada obra de tal envergadura para o Brasil – assinalou.

Lobão lembrou pronunciamento em que o presidente



Luiz Inácio Lula da Silva alertou para a “irresponsabilidade administrativa” que fez com que aquela ferrovia e várias outras obras fossem abandonadas por administrações posteriores. “É a velha e conhecida imprevidência nacional dilapi-

dando o patrimônio das ferrovias.”

Recursos

Segundo o senador, o presidente anunciou que pretende liberar investimentos no valor de R\$ 600 milhões para a Norte-Sul, o que possibilitaria es-



PRIORIDADE Edison Lobão defende rapidez na realização dos projetos estratégicos

tender um ramal até Balsas. Lobão alertou para a necessidade de o Brasil dar velocidade aos programas estratégicos, sob pena de perder o bonde da história.

Durante aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que a ferrovia entre Bauru (SP) e Corumbá (MT) se encontra completamente sucateada. “Estão roubando os dormentes e os trilhos. As estações estão tomadas pelo capim. Não estão zelando por um patrimônio valioso”, acrescentou. João Ribeiro (PFL-TO) revelou que criticou, no passado, a construção da Ferrovia Norte-Sul. “Mas agora quero fazer justiça ao presidente José Sarney”, afirmou João Ribeiro, que considera a Norte-Sul a obra mais importante para a Região Norte.

Hélio Costa critica projeto sobre nova política de saneamento para o país

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) manifestou preocupação com projeto de lei elaborado sob a coordenação do Ministério das Cidades que define uma política nacional de saneamento. O parlamentar teme que as alterações provoque destruturação no setor. A proposta está sendo analisada pela Casa Civil e deve ser encaminhada ao Congresso depois que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltar da viagem à China.

– O governo está preparando uma verdadeira intervenção no sistema estatal de saneamento e de captação de água potável. Infelizmente, alguns setores não entenderam que a melhor forma de governar é não interferir, não interferir, deixar que as

coisas que estão dando certo continuem dando certo. Quando não é necessário mudar, é necessário não mudar.

A preocupação maior do senador por Minas Gerais é com os pequenos municípios. Ele afirmou que as alterações que o governo pretende efetivar poderão inibir os investimentos em captação de água e saneamento nas cidades menores. Hélio Costa informou que, no país inteiro, 3.921 municípios atendidos por empresas estatais de água e esgoto são deficitários, o que representa um percentual de 80%.

Na avaliação de Hélio Costa, a política de saneamento que o governo está propondo praticamente privatiza o setor. Se isso ocorrer, os municípios me-



ALERTA Proposta do governo pode inibir investimentos no setor, adverte Hélio Costa

nores deixarão de receber investimentos nas áreas de saneamento e captação de águas, já que as empresas não concordarão em investir sem a perspectiva de obter lucros, alertou.

Duciomar alerta para déficit de energia no Pará

Cerca de 1,5 milhão de habitantes do Pará não têm acesso aos serviços de energia, disse o senador Duciomar Costa (PTB-PA), ao citar o mapa da exclusão elétrica produzido pelo Ministério de Minas e Energia. Segundo o estudo, 12 milhões de pessoas no país não contam com o benefício da eletricidade. O senador considerou os dados “aviltantes” para o seu estado e o Brasil.

– Trata-se, inegavelmente, de uma triste, senão vergonhosa, realidade nacional, e aqui me posiciono em nome do meu Pará, que abriga nada mais, nada menos do que a Usina de Tucuruí – ressaltou Duciomar. Ele apelou ao governo para que, “consciente dessa triste realidade”, direcione especial atenção aos programas de geração e fornecimento de energia elétrica para a população paraense.



Célio Azevedo

COBRANÇA Lúcia Vânia ressalta que postura do governo poderia ter sido mais democrática

Lúcia Vânia critica falta de rumos para área social

O envio ao Congresso Nacional de nova medida provisória (MP) alterando, pela segunda vez, dispositivos do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens (MP 186/04) mostra, no entender da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), que o governo não tem rumos claros para a área social. Para ela, o programa foi “vendido” em campanha presidencial para atrair o eleitor de 16 a 24 anos, mas quando virou lei em outubro do ano passado não conseguiu decolar por falta de planejamento e recursos.

– Caso o governo tivesse adotado postura mais democrática, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não precisaria usar seu programa de rádio para justificar as mudanças. Uma delas, de minha autoria, previa a contratação de jovens que concluíram o ensino médio ou profissionalizante – observou a senadora.

Lúcia Vânia disse ainda que o governo pecou na formulação do programa Primeiro Emprego ao ignorar a contribuição de outros ministérios, de entidades não-governamentais e organismos internacionais. Ela observou também que houve “total desprezo” a projetos em andamento de estímulo ao trabalho comunitário, como o Agente Jovem e Universidade Solidária.

Guerra cobra esclarecimento sobre denúncias de corrupção

■ Senador não crê no envolvimento do ministro Humberto Costa, mas diz que será difícil ele se explicar

Ao falar sobre os escândalos denunciados pela imprensa no último fim de semana, o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) disse que, “ao mesmo tempo em que nega à Minoria o direito de se manifestar e fiscalizar, por meio do Congresso, o governo do presidente Lula estabelece uma distorção que causa danos à democracia e ao próprio governo”. Ele opinou que, enquanto o caso envolvendo Waldomiro Diniz, ex-subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil, não for esclarecido, faltará autoridade ao governo para justificar as de-



Rosevelt Pinheiro

CONSEQUÊNCIAS Guerra afirma que CPI poderia ter evitado desgaste do governo Lula

núncias que surgiram depois. Na avaliação do senador por Pernambuco, o escândalo no Ministério da Saúde envolvendo Luiz Cláudio Gomes da Silva, ex-coordenador-geral de Logística, é semelhante ao

caso Waldomiro Diniz. Mesmo dizendo que não acredita no envolvimento do ministro Humberto Costa nas irregularidades, ele comentou que não será fácil para o ministro se explicar, já que tinha um relacionamento íntimo com o assessor.

Fiscalização

Da mesma maneira, Sérgio Guerra afirmou que acredita que o ministro da Casa Civil, José Dirceu, não esteja envolvido no caso Waldomiro, apesar de o funcionário também desfrutar da intimidade do ministro. Se o governo federal não tivesse impedido o Congresso de cumprir sua tarefa de fiscalizar por meio de uma comissão parlamentar de inquérito, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva não teria perdido a confiança da população, declarou Sérgio Guerra.



Rosevelt Pinheiro

IMPUNIDADE Agripino cita três acusações de fraudes que, para ele, ainda não foram apuradas

Agripino pede punição para casos de improbidade

Sobre as denúncias de corrupção no atual governo, o líder do PFL, senador José Agripino (RN), declarou ontem que conviver com a improbidade é ruim para o governante, que perde o respeito perante a população. De acordo com o senador, de janeiro até agora, o Brasil tomou conhecimento de três denúncias de corrupção no governo Luiz Inácio Lula da Silva, e não houve uma punição exemplar.

Agripino citou o caso de Waldomiro Diniz, ex-subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil; a fraude dos hemoderivados no Ministério da Saúde; e o caso da organização não-governamental (ONG) Ágora, do empresário Mauro Dutra, amigo pessoal de Lula.

Para o senador, é estranho que até agora nenhum ministro que indicou ou teve relação com essas pessoas tenha caído. O líder do PFL lembrou que no governo Fernando Henrique Cardoso houve também denúncias de corrupção, mas os ministros do setor envolvido foram demitidos.

Quando foi governador do Rio Grande do Norte, em 1992, afirmou Agripino, ao tomar ciência de que seu irmão e um amigo pessoal estavam envolvidos em irregularidades, agiu rápido e demitiu os dois de sua equipe.

Arthur Virgílio fica surpreso com sucessivas acusações sem explicação

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), admitiu seu espanto com os sucessivos episódios de corrupção no governo que não são explicados nem investigados a contento. Na opinião do senador, o Brasil avançou muito nos últimos dez anos em termos de exigências éticas feitas à esfera pública.

– Quero propor ao governo um limite: “x” pessoas podem delinquir por mês, “y” pessoas podem errar em suas nomeações por mês. Caso contrário, a oposição terá que se multiplicar por três para dar conta de tantos episódios. Essa história de “fui apunhalado pelas costas pelo melhor amigo” está virando tango argentino de médioce qualidade – disse Arthur Virgílio, referindo-se aos minis-



Rosevelt Pinheiro

REFLEXOS Para Arthur Virgílio, eleição será o espelho dos dois anos de governo Lula

tros José Dirceu e Humberto Costa, que tiveram assessores diretos envolvidos em casos de corrupção.

O líder advertiu que o resultado das eleições municipais representará um balanço dos dois anos do governo Luiz Inácio Lula da Silva, quando a po-

pulação mostrará seu desencanto com as promessas não cumpridas do presidente.

O senador assegurou ainda que o PSDB não teme investigações sobre a gestão José Serra no Ministério da Saúde, já que elas patentearão, a seu ver, a honestidade do ministro e o êxito de ações como a redução nos preços das vacinas e a quebra das patentes de medicamentos contra a Aids, medidas que beneficiaram milhares de pessoas.

Segundo ele, o bom resultado que José Serra está obtendo nas pesquisas para a eleição da Prefeitura de São Paulo, onde vai disputar com Marta Suplicy (PT) e Paulo Maluf (PP), indica que a população já está reconhecendo esses fatos.

Mozarildo aplaude reedição do Projeto Rondon

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) elogiou a decisão anunciada pelo governo de relançar o Projeto Rondon, extinto em 1989, e que funcionou por 22 anos. Ele lembrou a importância do projeto, que envolveu cerca de 350 mil universitários e 13 mil docentes de ensino superior em programas

sociais pelo interior do Brasil, especialmente nas regiões mais carentes e isoladas.

Para o parlamentar, a experiência pode significar a oportunidade de os jovens conhecerem a verdadeira realidade nacional e, ao mesmo tempo, fazer com que esses universitários possam sair “do comodis-

mo e desinteresse” pelos menos favorecidos.

– O estudante nunca sai de seu mundinho protegido para conhecer a realidade nua e crua da maior parte da população brasileira e ter a chance de utilizar, de maneira realmente útil e produtiva, tudo aquilo que aprendeu.

Mozarildo Cavalcanti também realçou a validade desse projeto para as comunidades assistidas, já que os jovens voluntários podem levar seus conhecimentos até essas pessoas. O senador disse esperar que os órgãos governamentais atuem com empenho na nova edição do Projeto Rondon.



J. Freitas

EMPENHO Mozarildo lembra que trabalho dos estudantes beneficiará população carente



Roosevelt Pinheiro

Dívida de estados e municípios pode levar país à falência, afirma Suassuna

■ Senador sugere renegociação urgente para um quadro que ele considera "apocalíptico"

URGÊNCIA Paim espera que projeto de sua autoria seja votado logo em Plenário

Paim volta a defender salário mínimo de R\$ 300

O senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu, mais uma vez, a aprovação de projeto de sua autoria que aumenta o salário mínimo dos atuais R\$ 240 para R\$ 300 mensais, com a adoção do mesmo percentual para o reajuste de aposentados e pensionistas (PLS 5/03).

Segundo informou o senador, o projeto será votado hoje na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Ele disse esperar que nenhum senador peça vista do parecer do relator, para que a matéria possa ser submetida ao Plenário ainda nesta semana. "Não há como aceitar um salário mínimo de R\$ 260, como quer o governo", declarou.

Paim afirmou estar informado que o PT fecharia questão sobre a aprovação dos R\$ 260 e garantiu que, mesmo nesse caso, votará contra o projeto, arcando com as consequências, pois prefere ficar ao lado dos 2/3 da população que já se manifestaram contrários a essa cifra para o mínimo.

O senador também elogiou a intenção do governo de enviar ao Congresso projeto para que o cálculo das contribuições das empresas para a Previdência deixe de ser baseado na folha de salários e passe a ser feito sobre o faturamento.

A mudança da base de cálculo levará bancos e empresas do sistema financeiro a pagarem contribuições maiores para a Previdência Social, aliviando a carga das empresas com maior número de empregados.

O senador explicou ainda que a aprovação do projeto resultará em alguns bilhões adicionais para a Previdência, o que ajudará a equilibrar o sistema.

Afirmado que uma Federação só é forte quando seus membros também o são, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) traçou um quadro que ele definiu como "apocalíptico" a respeito do endividamento dos estados e municípios brasileiros.

Ele disse que São Paulo, um estado antes visto como a locomotiva do país, hoje está devendo em torno de R\$ 136 bilhões, aproximadamente a dívida da Califórnia, "sendo que a Califórnia tem dezenas de vezes mais pujança econômica que o estado de São Paulo". Nessa análise, ele também observou que a prefeitura de São Paulo deve mais de R\$ 30 bilhões.

– O que fazer diante de um quadro tão apocalíptico? Renegociar, como se faz nos bancos – sugeriu o senador.

Para ele, está na hora de a União, estados e municípios reunirem-se para resolver suas dívidas. Ele explicou que, na

Comissão de Assuntos Econômicos, foi criada uma Subcomissão do Endividamento dos Estados para analisar essa situação. Sob a presidência do senador César Borges (PFL-BA) e a relatoria do próprio Suassuna, a subcomissão concluiu que, nesse endividamento, pesou a dívida original, mas sobretudo os juros e as diferenças de câmbio.

De acordo com Suassuna, inúmeros municípios nordestinos, na Paraíba e em outros estados, estão enfrentando penúria e até chegando ao 16º mês sem pagar os funcionários. O senador declarou que, obrigados a pagar as taxas de juros e as taxas de câmbio fixadas pelo governo federal, os estados estão à mercê da União, pois passaram a pagar suas dívidas corrigidas por índices que não permitem que continuem sobrevivendo.

– Tem estado que sofreu de 30% a 40% de aumento da dívida por problemas cambiais. O governo federal passou a ter instrumentos que, quando não são utilizados com prudência, transformam a União em algoz, daí o endividamento sério que estão vivendo os estados, que não puderam interferir nos ju-

Onde a dívida é maior

Um dos cálculos usados para avaliar o grau de endividamento dos estados é o que mede a relação entre a dívida total e a receita com tributos e transferências constitucionais. Dessa forma, quanto maior for o número resultante, maior é o endividamento do estado. No caso do Rio Grande do Sul, a relação é de **2,63**. Ou seja, a dívida é **2,63 vezes maior do que a receita anual**. Veja os estados mais endividados:

Estado	Relação dívida/receita
Mato Grosso do Sul	2,67
Rio Grande do Sul	2,63
Minas Gerais	2,43
Goiás	2,40
Alagoas	2,26
São Paulo	2,24
Maranhão	2,23
Rio de Janeiro	2,03

Fonte: Tesouro Nacional (em 31.12.03)



ros nem no câmbio.

É preciso que o país reflita se vale a pena levar toda a Federação à falência ou cumprir rigorosamente a Lei de Responsabilidade Fiscal, recomendou o senador. Para ele, se por um lado os municípios e os estados estão quebrados, por outro, a União também não está nadando em dinheiro.

Por isso, ele considera ser tão importante que todos se reúnam para, com prudência e ponderação, chegarem a uma solução, porque "como está não pode ficar".



Roosevelt Pinheiro

PENÚRIA Suassuna exemplifica problema com prefeituras que devem 16 meses a funcionários

Simon diz que refinanciamento é a única saída

Com base em dados e fatos relatados em documento redigido durante o encontro de governadores em Brasília, no dia 26 de abril, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) pediu que o governo federal aceite renegociar, urgentemente, as dívidas dos estados.

Segundo o senador, elas estão asfixiando a capacidade de investimento das unidades da Federação e comprometendo, inclusive, o pacto federativo.

– No quadro atual de paralisação da economia e queda na arrecadação dos estados, surge a necessidade de flexibilização das condições do financiamento, de forma a viabilizar a disponibilidade de mais recursos para possibilitar o atendimento de uma demanda social crescente e preocupante. Tanto que não seria exagero dizer que o Brasil se encontra à beira da ruptura do tecido social – declarou.

Nesse sentido, Simon defen-



Célio Azeneiro

NOVO CONCEITO Simon quer a redefinição de receita líquida, para excluir gastos em educação

deu a redefinição do conceito de receita líquida real, de forma que sejam excluídos do cálculo os investimentos estaduais em educação, saúde e combate à pobreza. O senador anunciou que vai apresentar projeto de lei nesse sentido.

Os principais pontos do documento dos governadores foram lembrados por Simon, a começar pelas medidas necessárias para melhorar a situação dos estados e seu papel na recuperação econômica e no

atendimento das demandas sociais.

Como condições para isso, os governadores, segundo Simon, listaram, entre outras, a revisão dos índices de renegociação das dívidas estaduais, a realização de uma reforma tributária que fortaleça o pacto federativo, a ampliação das compensações pela perda de arrecadação dos estados com as crescentes exportações, o ressarcimento dos recursos investidos pelo estado em estradas federais e a compensação dos créditos previdenciários pagos pelos governos.

Apesar de terem concordado com as condições estabelecidas em 1997 para o programa que levou à renegociação das suas dívidas, agora, disse Simon, os governos estaduais, especialmente o do Rio Grande do Sul, assistiram ao crescimento da dívida em percentual superior ao de suas arrecadações, além dos efeitos do

ajuste fiscal que foi implantado nos estados como parte do acordo com a União.

– Embora o refinanciamento da dívida fosse considerado, à época, favorável para os estados, a situação evoluiu de forma imprevista – afirmou Simon.

Mercosul

Em outro pronunciamento, Simon elogiou o Mercosul, chamando-o de "um sucesso completo" nas negociações com outros blocos econômicos, principalmente a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), e outros países em situação de igualdade.

Ao levar em conta que o Brasil precisa crescer, criar empregos e distribuir renda, Simon pediu que o país e o governo federal tenham criatividade para, assim como fizeram com o Mercosul, encontrar novos caminhos, em vez de seguir "eternamente" as soluções já conhecidas.

Osmar Dias quer definição sobre Lei de Biossegurança

Regulamentação, num mesmo projeto, de células-tronco e transgênicos provoca confusão, diz senador

O senador Osmar Dias (PDT-PR) cobrou ontem uma definição sobre a Lei de Biossegurança, que regulamenta a produção, manipulação e pesquisa de organismos geneticamente modificados (OGMs), ou transgênicos, e células-tronco. Ele observou que o projeto está desde janeiro no Senado e ainda não foi sequer debatido na Casa, o que estaria provocando insegurança junto aos produtores rurais e pesquisadores.

Osmar informou que o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), convidou as Comissões de Educação (CE), de Assuntos Sociais (CAS), de Assuntos Econômicos (CAE)



Fotos: Roosevelt Pinheiro

REFLEXO Osmar Dias aponta clima de insegurança entre produtores e pesquisadores

e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para uma reunião amanhã, a fim de se discutir uma estratégia de tramitação para o projeto da Lei de Biossegurança.

– Acredito que haja um equívoco. A Comissão de Educação realizará amanhã (*hoje*) audiência pública para debater um ponto da lei: os organismos geneticamente modificados. To-

das as outras comissões que têm alguma influência sobre a lei podem fazer suas audiências públicas – afirmou.

Ele defendeu a realização de debates separados sobre OGMs e células-tronco. Osmar Dias explicou que se trata de assuntos distintos e que o fato de estarem sendo regulamentados pela mesma lei pode causar confusão.

Em aparte, Ney Suassuna (PMDB-PB) elogiou Osmar Dias e salientou que o assunto está sendo tratado como se fosse “fundamentalismo”, para acrescentar que, por causa disso, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) está fazendo pesquisa na Argentina e nos Estados Unidos.

Sérgio Guerra (PSDB-PE) disse que o governo mente quando comemora o sucesso da agricultura brasileira como se fosse resultado de alguma ação federal.

Papaléo sugere mais ação contra infecções

Projeto de lei apresentado pelo senador Papaléo Paes (PMDB-AP) estabelece a obrigatoriedade da manutenção, pelos serviços de saúde do país, de um Programa de Controle de Infecções na Assistência à Saúde (Pcias). Segundo a proposta, os estabelecimentos de saúde deve ser estratificados de acordo com os riscos e a gravidade das infecções decorrentes dos procedimentos que executam, em serviços de baixo, médio e alto risco para infecções na assistência à saúde.

Na justificativa da matéria, Papaléo explica que a infecção é a mais freqüente e grave complicação que acomete pacientes hospitalizados, acrescentando cinco a dez dias ao período mé-



PROJETO Papaléo defende criação de programas de controle nos serviços de saúde

dio de internação, elevando os custos e sendo importante causa de morte. Pela proposta, a concessão ou renovação de autorização para o funcionamento de qualquer serviço de saú-

de fica condicionada à aprovação do controle de infecções do órgão de vigilância sanitária.

Ao pedir, em discurso no Plenário, apoio para o seu projeto, (PLS 124/04), Papaléo Paes informou que, conforme o Centers for Disease Control and Prevention (CDC), dos Estados Unidos, cerca de 30% das infecções hospitalares podem ser prevenidas pelas ações de controle hospitalar. Na Europa, destacou, a prevalência das infecções hospitalares varia de 6% a 15%, segundo dados da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas). Já no Brasil, um levantamento do Ministério da Saúde mostrou que a taxa de infecção em hospitais terciários é de 15,5%.

Tourinho propõe pensão pré-natal para gestante

Em discurso no Plenário, o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) defendeu o projeto de lei (PLS 62/04) de sua autoria que assegura à mulher grávida o direito de pleitear ao pai da criança, por via judicial, ajuda financeira para as despesas com exames pré-natal, medicamentos, alimentação especial, entre outras despesas indispensáveis à saúde da gestante e da criança.

Rodolpho Tourinho explicou que, além de contribuir para a melhoria da saúde no período de gravidez e para a redução da mortalidade infantil, a proposta reduziria os gastos públicos em saúde. O parlamentar também assinalou o fato de que a legislação atual não regula impasses que envolvam os direitos da mulher grávida e os deveres do pai biológico que se omite.

– Creio que, qualquer que seja a natureza ou profundidade do relacionamento entre o homem e a mulher, caso resulte



VANTAGEM Segundo Rodolpho Tourinho, medida deve ajudar a reduzir mortalidade infantil

em gravidez, devem a sociedade e o Estado exigir do pai biológico ações que reflitam uma postura de responsabilidade. A moça grávida precisa de alimentação e cuidados médicos que implicam despesas especiais. Ela poderá se ver impedida de manter seu emprego ou de obter emprego. Ela, ou sua família, terão de gastar dinheiro com variadas medidas preparativas para cuidar da criança que está para vir ao mundo – afirmou o representante baiano.

Garibaldi cobra rapidez para universidade rural potiguar

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) apelou, em discurso no Plenário, ao Ministério da Educação (MEC) para que libere com rapidez o processo de transformação da Escola Superior Agrícola de Mossoró (RN) em universidade rural, permitindo sua expansão em número de professores e alunos, bem como em pesquisas sobre ciências agrárias e ambientais.

Segundo o parlamentar, o processo está no MEC aguardando parecer do diretor do



TRAMITAÇÃO Garibaldi informa que processo aguarda parecer de departamento do MEC

Departamento de Desenvolvimento do Ensino Superior, José Luiz da Silva Valente. Ele ressaltou que, depois de liberado, o processo ainda terá que ser aprovado pelo Ministério do Planejamento e pela Casa Civil, antes de ser enviado ao Congresso para votação final.



REQUISITO Paulo Elifas diz que plano de paz deve contemplar interesses dos índios

Paulo Elifas pede solução para conflitos em área indígena

Ao pedir a punição dos responsáveis pelo assassinato de 34 garimpeiros durante o conflito com índios cintas-largas na reserva Roosevelt, em Rondônia, o senador Paulo Elifas (PMDB-RO) cobrou, em discurso no Plenário, uma solução definitiva para o problema entre garimpeiros e indígenas.

– O massacre é mais um sangren-

to e lamentável episódio dessa verdadeira guerra que se trava há décadas entre índios e garimpeiros, não apenas naquela região, mas também em várias outras reservas de todo o país.

Segundo Paulo Elifas, o fim dessa “guerra” exige que sejam retirados todos os grupos de garimpeiros que atuam na reserva. Além disso, defen-

deu um compromisso político sério, com a elaboração de um plano de paz na região que reflita os interesses e necessidades dos índios, crie emprego para os garimpeiros e aumente a arrecadação da União, por meio da comercialização legal da riqueza existente na área.

O senador destacou a existência de uma “teia de conspiração” contra

os interesses econômicos do país, envolvendo o comércio de diamantes com a participação de contrabandistas brasileiros e estrangeiros, dando inclusive armas aos índios.

Paulo Elifas disse ainda que a força-tarefa da Fundação Nacional do Índio (Funai) se corrompeu ao participar de negociações na exploração e comércio de diamantes.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Papaléo Paes e Antonio Carlos Valadares e pela senadora Serys Slhessarenko